



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA--UNILAB**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PRESENCIAL**

HENRIQUE MARCELINO BUNTCHO

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DOS SETORES INFORMAL E FORMAL À
LUZ DAS BARREIRAS ESTRUTURAIS E DAS OPORTUNIDADES LOCAIS**

REDENÇÃO, CE

2025

HENRIQUE MARCELINO BUNTCHO

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DOS SETORES INFORMAL E FORMAL À
LUZ DAS BARREIRAS ESTRUTURAIS E DAS OPORTUNIDADES LOCAIS**

Trabalho de conclusão do curso apresentado ao curso
de Administração Pública presencial da UNILAB,
como requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Administração Pública.

Orientadora: Profa. Dr^a Sâmia Nagib Maluf

REDENÇÃO, CE

2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Buntcho, Henrique Marcelino.

B942e

Empreendedorismo e desenvolvimento econômico sustentável na Guiné-Bissau: uma análise dos setores informal e formal à luz das barreiras estruturais e das oportunidades locais / Henrique Marcelino Buntcho. - Redenção, 2025.

Of: il.

Monografia - Curso de Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientadora: Profa. Dra. Sâmia Nagib Maluf.

1. Empreendedorismo sustentável - Guiné-Bissau. 2. Setor informal. 3. Políticas públicas. I. Título

CE/UF/BSCA

CDD 658.11

HENRIQUE MARCELINO BUNTCHO

**EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL
NA GUINÉ-BISSAU: UMA ANÁLISE DOS SETORES INFORMAL E FORMAL À
LUZ DAS BARREIRAS ESTRUTURAIS E DAS OPORTUNIDADES LOCAIS**

Trabalho de conclusão de curso, na modalidade monografia apresentado ao curso de Administração Pública, da Universidade da integração internacional da lusofonia afro-brasileira, campus de palmares/Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharelado em administração pública.

Data de aprovação: 30/10/2025

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dr^a Sâmia Nagib Maluf (orientadora)

Universidade da integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Profa. Dr^a Andrea Yumi Sugishita Kanikadan

Universidade da integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Prof. Dr Lourenço Ocuni Cá

Universidade da integração internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-UNILAB

Dedico este trabalho à minha família, que sempre acreditou em mim e me apoiou em cada etapa da minha jornada.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho é fruto de um longo percurso de aprendizado, desafios e descobertas. Por isso, não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão àqueles que foram essenciais nessa caminhada. Aos meus pais, que sempre acreditaram em mim e me ofereceram apoio incondicional. Seus ensinamentos, valores e amor foram a base que sustentou cada etapa dessa jornada, desde sempre, depositaram as suas confianças em mim, razão pela qual me dediquei bastante pois nunca duvidaram de mim. Portanto, sem vocês, este momento não seria possível. À minha orientadora, Profa. Dr^a Sâmia Nagib Maluf, pela dedicação, paciência e pelo conhecimento compartilhado. Seu acompanhamento e incentivo foram fundamentais para a construção deste trabalho. Suas orientações não apenas ajudaram na elaboração deste TCC, mas também ampliaram minha visão sobre a elaboração do trabalho de conclusão de curso e do papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico sustentável.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para este projeto, seja com palavras de motivação, apoio acadêmico ou parceria na pesquisa, meu sincero agradecimento. Este trabalho é um reflexo de todos os esforços conjuntos e aprendizados compartilhados.

RESUMO

Este trabalho investiga o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico sustentável da Guiné-Bissau, com foco nos setores informal e formal. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com caráter descritivo, utilizando dados secundários provenientes de instituições nacionais e internacionais. Os resultados revelam que mais de 90% dos empregos no país estão no setor informal, com 96,4% das mulheres empreendedoras inseridas nesse segmento. Embora esse setor seja frequentemente associado à precariedade, evidencia-se sua resiliência, especialmente em áreas rurais, com destaque para atividades como agricultura de subsistência, artesanato e microcomércios. O setor formal, composto por 401 empresas registradas, enfrenta desafios como a instabilidade política, citada por 92% dos gestores, acesso restrito ao crédito (apenas 6,4%) e desigualdade tributária, onde 93,8% das grandes empresas pagam impostos, em comparação com 45,5% das microempresas. Apesar do crescimento econômico de 4,3% em 2023, impulsionado pelo setor agrícola, a taxa de pobreza aumentou de 47,7% em 2018 para 50,5% em 2021 e o PIB per capita permanece estagnado. A economia continua dependente da monocultura do caju, responsável por 80% das exportações. Iniciativas como a plataforma Nô Firmanta, que recebeu 3.248 candidaturas em 2024, evidenciam uma cultura empreendedora ativa, mas ainda carente de suporte institucional. Conclui-se que o empreendedorismo na Guiné-Bissau possui potencial para se tornar um vetor de desenvolvimento sustentável, desde que sejam implementadas políticas públicas integradas, acesso ampliado ao crédito, qualificação técnica e valorização das capacidades locais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico; Empreendedorismo sustentável; Exclusão produtiva; Guiné-Bissau; Políticas públicas; Setor informal.

ABSTRACT

This study investigates the role of entrepreneurship in the sustainable economic development of Guinea-Bissau, focusing on the informal and formal sectors. The research was conducted using a qualitative, descriptive approach, based on secondary data from national and international institutions. The results show that over 90% of jobs in the country are concentrated in the informal sector, with 96.4% of female entrepreneurs operating in this segment. Although often associated with precariousness, the informal sector demonstrates resilience, especially in rural areas, with emphasis on subsistence agriculture, handicrafts, and micro-businesses. The formal sector, composed of 401 registered companies, faces challenges such as political instability, cited by 92% of managers, limited access to credit (only 6.4%), and tax inequality, with 93.8% of large companies paying taxes compared to only 45.5% of microenterprises. Despite an economic growth rate of 4.3% in 2023, driven by the agricultural sector, the poverty rate rose from 47.7% in 2018 to 50.5% in 2021, and per capita GDP remains stagnant. The economy continues to depend on cashew monoculture, which accounts for 80% of exports. Initiatives such as the Nô Firmanta platform, which received 3,248 applications in 2024, highlight an active entrepreneurial culture that still lacks institutional support. It is concluded that entrepreneurship in Guinea-Bissau has the potential to become a vector for sustainable development, provided that integrated public policies, expanded access to credit, technical training, and the enhancement of local capacities are effectively implemented.

Keywords: Economic Development; Guinea-Bissau; Informal Sector; Productive Exclusion; Public Policies; Sustainable Entrepreneurship.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Evolução do PIB e Inflação na Guiné-Bissau (2022–2023)
Gráfico 2	Participação no PIB (2022- em comparação com setor económico)
Gráfico 3	Evolução do crescimento económico real geral e setorial da Guiné-Bissau entre 2017 e 2025
Gráfico 4	Caminhos para o desenvolvimento sustentável
Gráfico 5	Emprego informal e desemprego
Gráfico 6	Distribuição dos níveis mais elevados de educação completados entre os gestores entrevistados
Gráfico 7	Classificação das empresas por tamanho
Gráfico 8	Estrangulamentos públicos ao desenvolvimento dos negócios
Gráfico 9	A relevância dos estrangulamentos dependentes do mercado, segundo os gestores inquiridos
Gráfico 10	Receita mensal média de 2019 em milhões XOF
Tabela 1	Desemprego Geral
Tabela 2	Taxa de Desemprego da OIT por Faixa Etária
Tabela 3	Taxa de alfabetização na Guiné-Bissau (2021)
Tabela 4	Distribuição das empresas que pagam e não pagam impostos, por porte
Tabela 5	Criação de empresas
Tabela 6	Sector de actividade
Tabela 7	Exemplos de negócios apoiados por associações (2024)

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

ONU - Organizações das Nações Unidas

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

CEDEAO- Comunidade econômica dos Estados da África ocidental

BECEAO- Banco Central dos Estados da África Ocidental

BAO Banco da África Ocidental

BM - Banco Mundial

INE - Instituto Nacional de Estatística

AFDB - *African Development Bank*

FMI - Fundo Monetário Internacional

SYSCOA - Sistema Contábil da África Ocidental

SYSCOH Sistema Contábil da Organização para a Harmonização do Direito dos
ADA- Negócios na África

ERI-ESI - Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MPME(s)- Micro, Pequenas e Médias Empresas

UPI(s) - Unidade(s) de Produção Informal

UNDP- *United Nations Development Programme* (versão em inglês do PNUD)

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	15
2.1	EMPREENDEDORISMO E PRINCIPAIS CONCEITOS	15
2.1.1	EMPREENDEDORISMO, ECONOMIA COLABORATIVA E CRESCIMENTO ECONÔMICO	16
2.2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL	17
2.2.1	DIMENSÕES E DESAFIOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	17
2.2.2	CASOS DE SUCESSO EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO	18
2.3	CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU	20
2.3.1	BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO E SOCIAL	20
2.3.2	DESAFIOS: POBREZA, INFRAESTRUTURA, DEPENDÊNCIA EXTERNA	22
2.3.3	POTENCIALIDADES: RECURSOS NATURAIS, CULTURA EMPREENDEDORA	25
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	26
4	APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADO	27
4.1	ANÁLISE DO ECOSISTEMA EMPREENDEDOR NA GUINÉ- BISSAU	35
4.2	PERFIL DOS EMPREENDEDORES GUINEENSES	37
4.3	MODELOS DOS NEGÓCIOS PRATICADOS EM GUINÉ-BISSAU	39
4.4	DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PARA FOMENTAR O EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ BISSAU	40
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico sustentável tornou-se um imperativo global e, ao mesmo tempo, um desafio premente para países em situação de vulnerabilidade estrutural, como a Guiné-Bissau. Localizada na África Ocidental, a nação guineense enfrenta um cenário marcado por instabilidade política crônica, infraestrutura precária, elevada informalidade, baixa escolaridade e forte dependência de ajuda externa. Nesse contexto, o empreendedorismo emerge não apenas como uma resposta econômica à escassez de empregos formais, mas também como uma estratégia potencial para transformação social, inclusão produtiva e fortalecimento das economias locais.

Segundo Schumpeter (1934), o empreendedor é o agente da inovação e da destruição criadora, responsável por renovar o tecido econômico por meio da introdução de novas combinações produtivas. Essa visão ganha ainda mais relevância em contextos periféricos, onde o empreendedorismo se apresenta como via para dinamizar setores negligenciados pelo Estado e pelo mercado formal. A Guiné-Bissau, por sua vez, apresenta uma realidade singular: enquanto mais de 90% da sua população economicamente ativa atua no setor informal (INE, 2018), faltam políticas públicas eficazes que reconheçam e potencializem essa prática como vetor de desenvolvimento sustentável.

Estudos do Banco Mundial (2022) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2023) indicam que os empreendimentos, formais ou não, têm papel crucial na geração de renda, na mitigação da pobreza e na promoção da resiliência socioeconômica. Porém, na Guiné-Bissau, esses esforços são frequentemente limitados por barreiras estruturais, como acesso restrito a crédito, ausência de qualificação técnica e fragilidade institucional.

Diante disso, este trabalho se propõe a analisar criticamente o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico sustentável da Guiné-Bissau, investigando, de forma integrada, os setores formal e informal, com base em dados secundários e relatórios institucionais. A partir dessa análise, busca-se compreender as dinâmicas locais que moldam o ecossistema empreendedor guineense e propor caminhos para seu fortalecimento como instrumento de transformação social e econômica.

1.1 JUSTIFICATIVA

A escolha deste tema justifica-se pela necessidade urgente de compreender o papel estratégico do empreendedorismo em contextos de vulnerabilidade estrutural como o da Guiné-Bissau, onde o crescimento econômico formal tem se mostrado incapaz de incluir amplos segmentos da população nos circuitos produtivos. Com mais de 90% da força de trabalho no setor informal e 96,4% das mulheres empreendendo na informalidade (INE, 2018; PNUD, 2021), o país enfrenta desafios complexos relacionados à informalidade, à exclusão institucional e à ausência de políticas públicas integradas.

Segundo o Banco Mundial (2022), a expansão do setor informal em países em desenvolvimento está diretamente ligada a fatores como baixa escolaridade, dificuldade de acesso ao crédito e fragilidade institucional. Nesses contextos, o empreendedorismo emerge, muitas vezes, como única alternativa de sobrevivência, especialmente para jovens e mulheres. No entanto, conforme argumenta o ACS (2006, *apud* Oliveira, 2021), o autoemprego por necessidade comum na agricultura e nas pequenas indústrias dificilmente gera desenvolvimento econômico efetivo. O desenvolvimento econômico efetivo ocorre quando há a transição do empreendedorismo por necessidade para o empreendedorismo por oportunidade, que possui maior capacidade de gerar impacto econômico positivo e sustentável.

Diante desse cenário, este trabalho justifica-se por buscar uma análise crítica da interação entre os setores formal e informal no processo de desenvolvimento econômico da Guiné-Bissau. Seu objetivo é contribuir para a construção de alternativas sustentáveis, com base no fortalecimento de políticas públicas inclusivas, apoio à inovação local e promoção de condições que favoreçam a transição de um empreendedorismo de sobrevivência para um modelo mais estruturado, inclusivo e indutor do desenvolvimento sustentável.

1.2 QUESTÃO DE PARTIDA

Como os empreendimentos dos setores formal e informal contribuem de maneira diferenciada para o desenvolvimento econômico sustentável na Guiné-Bissau?

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Geral

Investigar de que forma os empreendimentos dos setores formal e informal contribuem para o desenvolvimento econômico sustentável na Guiné-Bissau.

1.3.2 Específico

Comparar os impactos socioeconômicos do setor informal e do setor formal sobre a geração de renda, inclusão produtiva e redução da pobreza.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. EMPREENDEDORISMO E PRINCIPAIS CONCEITOS

O empreendedorismo pode ser definido como a capacidade de transformar oportunidades em ações concretas, assumindo riscos e gerando valor econômico e social. Segundo Silva et al. (2024, p. 15), o empreendedorismo constitui-se como a capacidade de implementar ações produtivas considerando oportunidades e riscos inerentes ao processo. Drucker (1998, *apud* Silva; Pereira; Guimarães, 2024) e Baggio e Baggio (2014) enfatizam a inovação como elemento central desse processo, destacando que os empreendedores atuam ao combinar recursos de forma criativa para gerar transformação.

Nesse sentido, o empreendedorismo não apenas impulsiona a economia, como também contribui para a redução das desigualdades, especialmente em regiões menos desenvolvidas, onde os pequenos negócios oferecem alternativas viáveis de inclusão produtiva. Segundo Baggio (2014), trata-se da arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Dornelas (2008) e Dolabela (2010) também reforçam seu caráter transformador, salientando que empreender é sonhar e tornar ideias realidade com impacto que vai além do indivíduo.

Segundo Dornelas, o empreendedorismo segue um processo que parte da identificação de uma oportunidade até a gestão do negócio criado, envolvendo etapas como avaliação da oportunidade, elaboração do plano de negócios, captação de recursos e gestão da empresa (Dornelas, 2016, *apud* Oliveira, 2021, p. 29).

Contudo, a atuação empreendedora não se restringe ao setor privado. Como destacam Martes (2010) e Nascimento e Pinto (2024), ela também se manifesta em organizações da sociedade civil, no setor público e em iniciativas coletivas com finalidade social. Esses autores apontam que o empreendedorismo pode ser classificado em diversas categorias: por necessidade, por oportunidade, social e corporativo cada qual com dinâmicas próprias e impacto variado.

Particular destaque tem sido dado ao empreendedorismo social e sustentável, que visa promover soluções para problemas estruturais sem comprometer os recursos das gerações futuras. Essa abordagem é alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e

ao conceito de desenvolvimento sustentável apresentado no Relatório Brundtland (1987), conforme discutem Gollo et al. (2024).

No contexto africano, o empreendedorismo rural também é uma via estratégica, embora enfrente desafios como baixa capacitação e pobreza, conforme demonstrado pelo Banco Mundial (2024, p. 9) ao analisar a situação da Guiné-Bissau.

Diante desse cenário, a teoria de Joseph Schumpeter (1934) oferece uma base conceitual sólida para compreender o papel do empreendedor como agente da destruição criadora, responsável por romper com estruturas antigas e instaurar ciclos de inovação e progresso. Para Schumpeter, empreender é introduzir novas combinações de recursos e romper com o equilíbrio anterior, abrindo espaço para novas formas de produção e organização econômica. Em países em desenvolvimento, como a Guiné-Bissau, essa teoria se mostra especialmente pertinente, pois a inovação muitas vezes ocorre não pela alta tecnologia, mas pela capacidade de reorganizar recursos escassos, criar mercados locais e gerar soluções adaptadas à realidade social. Assim, o empreendedorismo inclusive o informal configura-se como força vital para a transformação econômica, social e institucional.

2.1.1 EMPREENDEDORISMO, ECONOMIA COLABORATIVA E CRESCIMENTO ECONÔMICO.

O empreendedor impulsiona o crescimento econômico mediante inovação, geração de empregos e diversificação de mercados, promovendo inclusão e sustentabilidade (Hisrich; Peter, 2004, *apud* Baggio, 2014; Global Entrepreneurship Monitor, 2024/2025, p. 43). Teorias como a de Schumpeter destacam sua função na destruição criativa, enquanto abordagens comportamentais analisam fatores como motivação e resiliência (Baggio, 2014).

Na Guiné-Bissau, a economia colaborativa fortalece pequenos empreendedores rurais ao combinar produção individual e ação coletiva, superando desafios como acesso ao crédito e infraestrutura. Com 62% das associações lideradas por mulheres (PNUD, 2022), essas práticas promovem inclusão social, adaptando princípios globais (Gansky, 2011) à realidade local.

2.2. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL

O Relatório de Brundtland (1987) define o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, equilibrando crescimento econômico, preservação ambiental e justiça social. Este conceito fundamenta políticas globais orientadas para um modelo de desenvolvimento mais equitativo e sustentável.

Corrêa e Passine (2022) ampliaram essa visão para oito pilares interconectados: social, ambiental, ecológica, territorial, econômica, cultural, política nacional e internacional. Essa estrutura mais abrangente busca superar a limitação do crescimento baseado apenas no PIB, promovendo governança colaborativa, valorização dos saberes tradicionais e equilíbrio entre o urbano e o rural (Carvalho; Cardoso; Frota, 2021, p.163; Guerra; Rodriguez, 2024, p.133).

2.2.1 DIMENSÕES E DESAFIOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A Agenda 2030 da ONU integra essas dimensões por meio dos ODS. Três deles destacam-se na relação entre empreendedorismo e sustentabilidade: o ODS 8, que trata da formalização de pequenos negócios e empregos dignos (IPEA, 2019); o ODS 5, que foca na igualdade de gênero, essencial para o empreendedorismo feminino em áreas rurais; e o ODS 12, que promove cadeias produtivas sustentáveis e técnicas ancestrais como a agroecologia (ONU, 2015).

O empreendedorismo em países em desenvolvimento enfrenta múltiplos desafios políticos interconectados, começando pela instabilidade crônica que, segundo o Banco Mundial (2022, p.12), "gera incertezas e desincentiva investimentos, agravada por mudanças frequentes em políticas e regulamentações que impedem planejamento de

longo prazo. A corrupção sistêmica emerge como outro entrave crítico, criando, conforme a Transparência Internacional (2021, p.8), "um ambiente hostil para pequenas e médias empresas dependentes de licenças governamentais". Essa realidade se combina com burocracias excessivas que, como alerta o relatório Doing Business (Banco Mundial, 2020, p.34), tornam processos de abertura e manutenção de negócios "lentos, caros e opacos", limitando o acesso a crédito.

A ausência de políticas públicas estruturadas, destacada pela ONU (2021, p.45) como fator que "dificulta a criação de ambientes favoráveis para negócios inovadores", soma-se à infraestrutura deficiente que, nas palavras do Banco Africano de Desenvolvimento (2023, p.22), "restringe drasticamente a expansão empresarial, especialmente em zonas rurais". Juntos, esses fatores compõem um cenário político-administrativo que sufoca o potencial transformador do empreendedorismo nestes contextos.

2.1.1 CASOS DE SUCESSO EM PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Este capítulo apresenta experiências bem-sucedidas de empreendedorismo em países africanos, promovidas pelo Programa de Empreendedorismo da Fundação Tony Elumelu, que formou 4.470 empreendedores em quatro anos. Os casos demonstram como apoio institucional e capacitação técnica podem gerar transformação econômica em contextos de vulnerabilidade.

Em Uganda, Joel Cherop lidera a Iniciativa de Irrigação Integrada do Rio Ataari (ARIII), que treinou 300 jovens em agronegócio. A produção de cebola saltou para mais de 30 toneladas por acre, resultando em rendas anuais de até US\$ 20.000 por participante, evidenciando como o uso de tecnologia agrícola aumenta a produtividade e a renda juvenil. Na Tanzânia, Eliud Simfukwe criou a Uwanda General Enterprises, articulando mais de 1.000 grupos de produtores em setores como agricultura, pesca e mineração. A empresa fornece acesso a mercados, financiamento e tecnologia, fortalecendo pequenos produtores e promovendo cadeias produtivas inclusivas.

Em Botsuana, Mavis Nduchwa fundou a Chabana Farms, uma fazenda de 247 acres que integra pecuária, avicultura, suinocultura e horticultura. Com lucro médio de US\$ 1,5 milhão e um contrato governamental de US\$ 2 milhões para fornecimento de

feijão jugo, a iniciativa mostra como a diversificação amplia a competitividade e o impacto regional. Na Argélia, Nassima Hofra lidera a Tepropack, empresa de embalagens plásticas com equipe inicial de 9 pessoas.

A capacitação prática em canalização, soldagem e eletricidade foi fundamental para a qualificação da equipe e o crescimento do negócio, destacando o papel da formação técnica no fortalecimento do setor manufatureiro. Esses casos revelam a importância de programas de capacitação, acesso ao crédito e organização produtiva no estímulo ao desenvolvimento endógeno, com base no aproveitamento de potencialidades locais. Aplicando essas lições ao contexto da Guiné-Bissau, destaca-se a urgência de políticas públicas voltadas à formalização, à qualificação técnica e à inclusão produtiva, como pilares para a redução da pobreza e o fortalecimento da economia local.

Além disso, no âmbito do apoio institucional à inovação, destaca-se o IDEA Program Guiné-Bissau, uma iniciativa de incubação online promovida pela UNIDO e financiada pela União Europeia. O programa, com duração de cinco meses, é especificamente desenhado para jovens empreendedores guineenses, focando-se no desenvolvimento de negócios inovadores ao longo de cadeias de valor estratégicas, como o agronegócio da manga, caju e pescas.

Através de uma metodologia estruturada que inclui mentoria voluntária especializada, o programa visa não apenas a criação de planos de negócios robustos, mas também a transição para a economia formal. Um diferencial notável é o fornecimento de tablets e acesso à internet aos participantes selecionados, mitigando a barreira digital e promovendo a inclusão tecnológica. Os três melhores projetos recebem financiamento semente de até 5.000 euros, materializando o apoio à concretização das ideias (UNIDO, 2023).

2.3 CONTEXTO DA GUINÉ-BISSAU

2.3.1 BREVE HISTÓRICO ECONÔMICO E SOCIAL

A Guiné-Bissau, localizada na África Ocidental, com uma área total de 36.125 km², o país está estrategicamente posicionada no Hemisfério Norte, equidistante entre a linha do Equador e o Trópico de Câncer. O país faz fronteira terrestre com o Senegal ao norte e nordeste, e com a República da Guiné a leste e sul, enquanto seu limite ocidental é banhado pelo Oceano Atlântico. (Estudo Guiné-Bissau, enquadramento e perspectivas de desenvolvimento, 2024). É um país com uma história marcada por desafios econômicos, políticos e sociais. Desde a sua independência, o país enfrentou uma série de dificuldades que impactaram seu desenvolvimento.

De acordo com Una et al. (2020), a Guiné-Bissau enfrenta uma instabilidade política crônica desde sua independência em 1973. Apenas sete anos após a independência, em 1980, o país experimentou o primeiro de uma série de golpes de Estado que marcaram seu frágil processo democrático ao longo das décadas seguintes.

Em 1994, tiveram lugar as primeiras eleições multipartidárias para a presidência e o parlamento da Guiné-Bissau, iniciando-se, assim, o processo de transição para a democracia, que continua até hoje, dificultada pela debilidade da sua economia, pela devastação provocada pelos inúmeros golpes militares, pela guerra civil e pela instabilidade política quase permanente a que o País tem vindo a assistir. (Estudo Guiné-Bissau, enquadramento e perspectivas de desenvolvimento. Levantamento e caracterização das empresas comerciais e industriais, 2018, p.6).

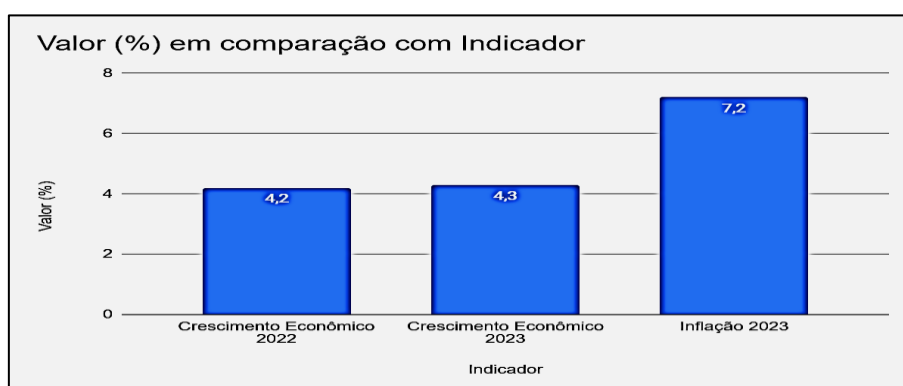
Em relação a sua economia, o país se encontra numa posição desfavorável em relação aos outros países da África ocidental, devido a muitos fatores como instabilidade política e falta de diversificação. De acordo com o (Banco Mundial, 2024, p. 8) a economia da Guiné-Bissau depende fortemente da agricultura como principal setor econômico e do trabalho por conta própria. Além disso, o país carece de mão de obra formal, falta de qualificação e pouco investimento em setores chaves como educação e saúde, entretanto o mercado de trabalho na Guiné-Bissau é caracterizado pela predominância de empregos de baixa qualidade e salários reduzidos.

Conforme o Banco Mundial (2024), uma parcela significativa da força de trabalho está envolvida no setor informal, onde faltam seguranças no emprego, estabilidade e acesso a benefícios essenciais, como saúde e previdência. Essa realidade reflete a fragilidade do setor privado e a necessidade de políticas públicas que promovam a formalização e a melhoria das condições de trabalho. Pois segundo (PNUD, 2021, p. 32) Guiné-Bissau ficou em 165º lugar entre 179 países no Índice de Corrupção da Transparência Internacional de 2020, uma das classificações mais baixas do mundo.

Embora, nos últimos anos, a Guiné-Bissau tenha registrado avanços importantes em áreas como empreendedorismo, inclusão financeira e economia digital. Conforme o relatório da CEDEAO (2024) houve um aumento significativo no número de famílias com acesso a serviços financeiros, além de um crescimento expressivo no uso de dinheiro móvel, com taxas de atividade subindo 77% e o valor das transações aumentando 235% em 2020. Esse crescimento pode ser atribuído às medidas temporárias implementadas pelo Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO) para aliviar a regulação durante a pandemia de COVID-19.

De acordo com dados do Banco Africano de Desenvolvimento (2024) ilustradas na Figura 1, a economia guineense registou crescimento de 4,3% em 2023, superando levemente o desempenho do ano anterior (4,2%). Esse resultado foi impulsionado principalmente pelo setor agrícola, em especial pela produção de arroz e por aumento nos investimentos, embora pressões inflacionárias (7,2%) tenham sido observadas devido à alta nos preços de alimentos e commodities internacionais.

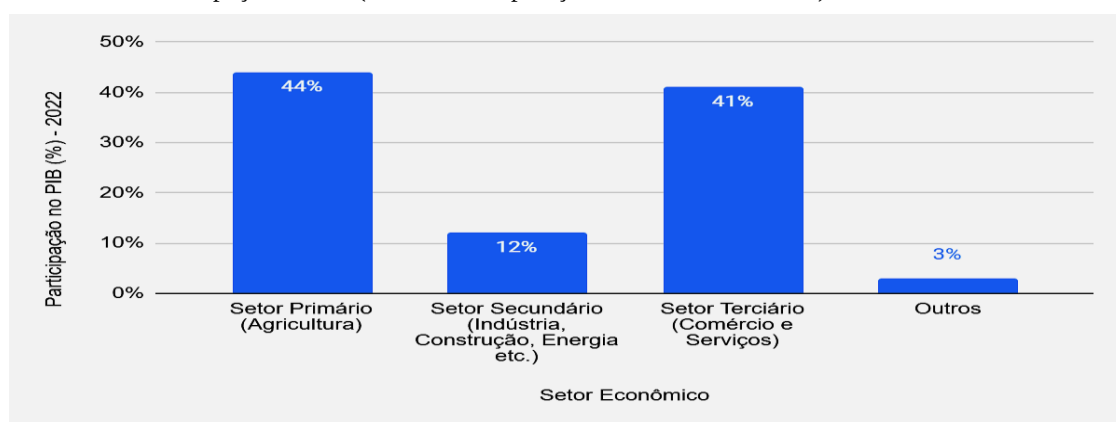
Gráfico 1- Evolução do PIB e Inflação na Guiné-Bissau (2022–2023)



Fonte: Adaptado do Banco Africano de Desenvolvimento (2024)

Segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (2023–2024) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) ilustradas na Figura 2, a economia da Guiné-Bissau em 2022 manteve-se fortemente dependente da agricultura, que representou cerca de 44% do PIB, embora ainda marcada pelo uso de técnicas rudimentares e pela falta de modernização. Já o setor secundário respondeu por cerca de 12% do PIB, enquanto o setor terciário, com destaque para o comércio, correspondeu a aproximadamente 41%.

Gráfico 2- Participação no PIB (2022- em comparação com setor econômico) - 2022



Fonte: Adaptado do Relatório de Desenvolvimento Humano (2023–2024)

O empreendedorismo tornou-se essencial para o crescimento econômico, pois preenche lacunas no processo. Além disso, atua como um canal para o transbordamento de conhecimento, permitindo que investimentos privados e públicos gerem um maior retorno social, impulsionando a economia e a criação de empregos.(Audretsch, 2009, p. 251)

2.3.2 DESAFIOS: POBREZA, INFRAESTRUTURA, DEPENDÊNCIA EXTERNA

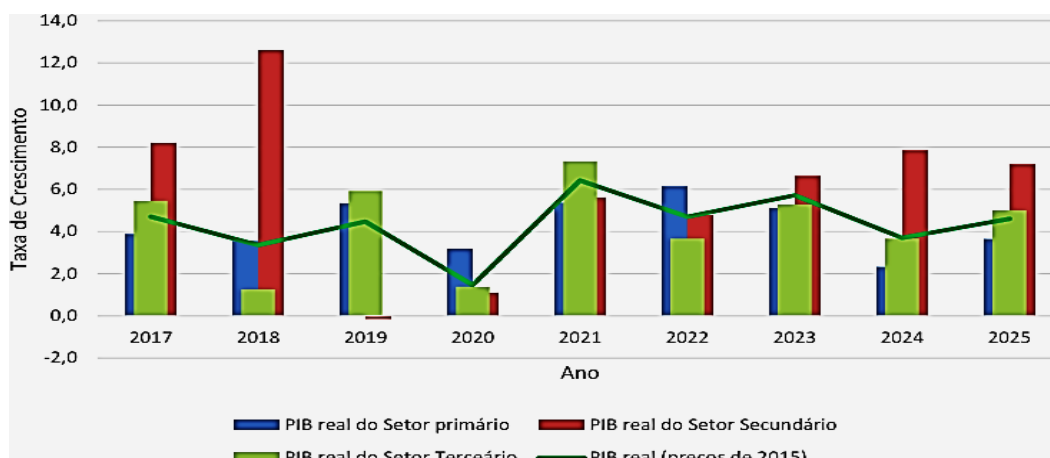
A Guiné-Bissau enfrenta desafios estruturais profundos, como a pobreza que atinge cerca de 70% da população, o limitado acesso a serviços básicos e uma das mais baixas taxas de alfabetização da África Ocidental (PNUD, 2022). Além disso, o ambiente empresarial é frágil, com alta informalidade, corrupção e infraestrutura precária, o que compromete o dinamismo do setor privado e a geração de empregos (Banco Mundial, 2024). Embora a saúde das mulheres seja comparável à dos homens,

elas enfrentam desvantagens significativas em educação, empreendedorismo e participação no mercado de trabalho (CEDEAO, 2024, p. 36). Essa vulnerabilidade é agravada pela forte dependência da ajuda externa e pela ausência de políticas públicas eficazes, o que mantém o país em declínio e com níveis crescentes de pobreza.

A pobreza continua a ser generalizada na Guiné-Bissau, aumentando 2,8% entre 2018 e 2021. Os dados dos Inquéritos Harmonizados sobre os Padrões de Vida das Famílias (EHCVM) de 2018-19 e 2021-22 mostram que a pobreza aumentou de 47,7% em 2018 para 50,5% em 2021 - o equivalente a mais de 80.000 pobres adicionais. Os inquéritos indicam que outras medidas de pobreza também aumentaram na Guiné-Bissau durante o período de 2018-21. A diferença de pobreza (que mede a medida em que os indivíduos, em média, se situam abaixo do limiar de pobreza) aumentou de 13,7% em 2018 para 15,2% em 2021. Da mesma forma, o índice de gravidade da pobreza (que coloca mais peso nos agregados familiares mais pobres, medido pelo quadrado do diferencial de pobreza) também aumentou, de 5,2 para 6,2 durante o mesmo período. (Banco Mundial, 2024, p. 1-2).

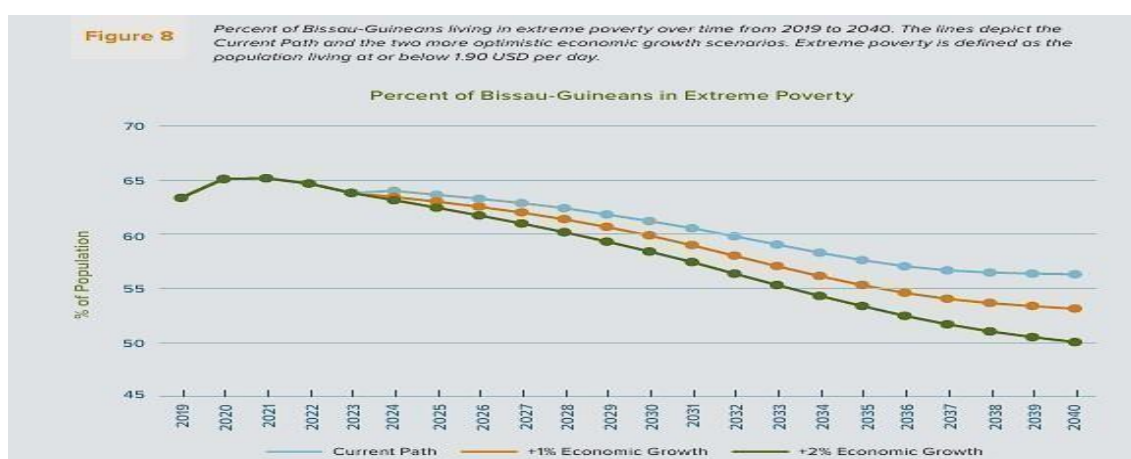
Atualmente "a Guiné-Bissau encontra-se na 177^a posição, num total de 191 países, no que respeita à sua posição relativa global face ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH1) segundo a United Nations Development Programme (UNDP)." (United nations development programme, 2023, p. 21)

A economia guineense mantém-se vulnerável à monocultura do caju, como evidenciam os dados ilustradas na Figura 3 do Modelo Tchintchor (2021-2025): embora o produto responda por 80% das exportações, seu crescimento volátil (11,1% em 2022 para 3,5% em 2025) não se reflete no PIB per capita, que permanece estagnado. Essa contradição reforça a urgência de políticas que: (1) agreguem valor à cadeia (ex.: processamento local), e (2) diversifiquem a base produtiva e temas centrais para o empreendedorismo rural analisado neste trabalho.

Gráfico 3- Evolução do crescimento económico real geral e setorial da Guiné-Bissau entre 2017 e 2025

Fonte: Modelo Tchitchor (2025)

As projeções de longo prazo para a pobreza extrema na Guiné-Bissau, ilustradas na Figura 4, sublinham a importância crítica do crescimento económico acelerado. No cenário trajetória atual, a taxa de pobreza mantém-se persistentemente elevada. Contudo, os cenários que simulam um crescimento económico adicional de 1% e 2% ao ano projetam um declínio significativo no número de pessoas em situação de extrema pobreza até 2040. Estes dados quantificam o impacto transformador que políticas públicas robustas e um ambiente de negócios estável poderiam ter no desenvolvimento humano do país.

Gráfico 4- Caminhos para o desenvolvimento sustentável (2024)

Fonte: PNUD (2024)

Essas percepções encontram respaldo nos dados do CEDEAO (2024), que indicam que a Guiné-Bissau lidera o índice de desenvolvimento empreendedor entre os países membros (0.38), superando a meta regional para 2030. Paralelamente, o PNUD apresenta projeções para 2040, apontando uma tendência de redução contínua da pobreza, evidenciada pelos cenários econômicos no gráfico a seguir. Nele, observa-se que, enquanto o caminho econômico atual mantém a taxa de pobreza elevada, os cenários de crescimento acelerado (+1% e +2%) sugerem quedas significativas na extrema pobreza ao longo das próximas décadas. Assim, há uma convergência entre as percepções dos entrevistados e os dados institucionais, demonstrando a relevância do empreendedorismo como motor de transformação socioeconômica.

Apesar do recente crescimento econômico (AFDB, 2024), a Guiné-Bissau enfrenta desafios sociais persistentes: a taxa de pobreza subiu para 60,4% em 2023, comparada a 59,9% em 2022, segundo o limiar de US\$ 3,65/dia (PPC 2017), impulsionada principalmente pela queda nos rendimentos da castanha de caju, base da economia rural (Banco Mundial, 2024). Ao mesmo tempo, o desemprego juvenil permanece baixo (3,9%), o que sugere a prevalência do subemprego e da informalidade como formas predominantes de sustento

2.3.3 POTENCIALIDADES: RECURSOS NATURAIS, CULTURA EMPREENDEDORA

Apesar dos desafios, a Guiné-Bissau apresenta grande potencial em setores como agricultura, pesca e turismo, com destaque para o caju, principal produto de exportação e para o turismo ecológico no Arquipélago dos Bijagós, ainda pouco explorado e que recentemente se tornou o património mundial do UNESCO. A produção local de alimentos como arroz, mandioca e milho, embora essencial, permanece insuficiente, e a pesca, embora promissora, enfrenta a ameaça da atividade ilegal. Além disso, o país possui reservas naturais como fosfato, bauxita e possíveis jazidas de petróleo e gás. Para transformar esse potencial em desenvolvimento econômico e social, são necessários investimentos em infraestrutura, educação e capacitação técnica, aliados à estabilidade política (ONU, 2021).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, pois busca compreender, de forma aprofundada, o papel do empreendedorismo no desenvolvimento econômico sustentável da Guiné-Bissau. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a abordagem qualitativa parte do princípio de que existe uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, sendo necessário interpretar o fenômeno à luz das condições sociais, culturais e econômicas que o moldam. Gil (2008) também afirma que a pesquisa qualitativa é apropriada para o estudo de realidades complexas, especialmente nas ciências sociais.

Quanto aos seus objetivos, esta pesquisa é descritiva. A pesquisa exploratória, segundo Gil (2017, p. 27), visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito, podendo inclusive construir hipóteses futuras. Já a pesquisa descritiva tem como finalidade observar, registrar e interpretar fenômenos sem interferência direta, descrevendo características de uma população ou fenômeno (Prodanov; Freitas, 2013). Em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, como afirmam Lakatos e Marconi (2003), baseada na análise de materiais já publicados, permitindo ao pesquisador examinar o que já foi produzido sobre o tema. Foram utilizadas fontes confiáveis como relatórios do PNUD, Banco Mundial, INE-GB, CEDEAO, entre outros. A escolha dessas fontes baseou-se na credibilidade e validação internacional, garantindo a confiabilidade das informações.

Complementarmente, a busca bibliográfica foi realizada em bases acadêmicas como Google Acadêmico, Scielo, livros acadêmicos, relatórios das organizações internacionais, revistas científicas e repositórios universitários, com ênfase em publicações que tratam de empreendedorismo, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. A análise dos dados foi feita de forma crítica e interpretativa, respeitando o contexto guineense e buscando compreender os desafios e as oportunidades para o fortalecimento do empreendedorismo como vetor de desenvolvimento sustentável.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão sobre a informalidade remonta às décadas de 1960 e 1970, quando passou a ser analisada como um fenômeno estrutural das economias periféricas, especialmente na América Latina e na África, associada à exclusão dos setores produtivos do processo de modernização industrial (Kovarick, 1975, *apud* Costa, 2024, p. 173).

Em economias com elevada informalidade, como a guineense, as Unidades de Produção Informal (UPIs) em geral, micro e pequenas iniciativas, constituem o núcleo central da atividade empreendedora, enfrentando obstáculos e revelando potenciais únicos. O Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e o Setor Informal (ERI-ESI), conduzido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) entre 2017 e 2018, em parceria com a UEMOA, coletou dados de 5.700 famílias com o objetivo de produzir estatísticas atualizadas sobre o emprego e a estrutura das UPIs. A pesquisa, de abrangência nacional e metodologia mista, fornecem subsídios relevantes para a formulação de políticas públicas voltadas à realidade do setor informal, permitindo uma análise mais fiel do empreendedorismo exercido fora da economia formal.

Segundo o INE (2018), embora a economia guineense tenha passado de uma predominância rural para uma crescente importância dos setores secundário e terciário com destaque para comércio, transporte, telecomunicações e serviços, a informalidade permanece predominante. Atividades mercantis respondem por mais de 36% do PIB e o setor primário (agricultura, pecuária e pesca) representa cerca de 98% da produção do setor, ambos majoritariamente informais. Essa estrutura dual entre economia tradicional e moderna, com forte presença de informalidade, dificulta a mensuração precisa da contribuição econômica real dessas atividades e reforça a necessidade de investigações específicas sobre o papel do setor informal no desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau.

A análise das taxas de desemprego, segundo a OIT, apresenta variações intensas entre as diferentes regiões e também entre os gêneros. Por exemplo, enquanto SAB apresenta uma taxa total de 13,0%, Outros urbanos ficam em 2,6% e o panorama nacional situa-se em 7,1%. Essa disparidade indica diferentes contextos econômicos regionais, com impactos diretos na busca por alternativas empreendedoras.

Tabela 1- Desemprego Geral (2018)

Indicador	SAB	Outros urbanos	Total urbano	Rural	Guiné-Bissau
Total	13.0%	2.6%	9.3%	5.2%	7.1%
Homem	13.2%	3.8%	9.9%	5.0%	7.3%
Mulher	12.7%	1.5%	8.5%	5.5%	7.0%

Fonte: Adaptado de INE (2018)

Taxas elevadas de desemprego, sobretudo em SAB, podem ser interpretadas como indicativos de um mercado de trabalho restrito, o que força parte da população a recorrer ao empreendedorismo informal como forma de garantir a renda. Essa tendência é especialmente acentuada quando se observa o desemprego entre jovens.

A diferenciação por faixa etária reforça esse cenário. No grupo de 15 a 34 anos, as taxas em SAB chegam a 17,8%, enquanto em Outros urbanos estão em 3,6%; para os 35 anos ou mais, a taxa é menor. Esse contraste indica que os jovens, especialmente em determinadas regiões, enfrentam barreiras maiores à inserção no mercado formal.

Tabela 2- Taxa de Desemprego da OIT por Faixa Etária (2018)

Indicador	SAB	Outros urbanos	Total urbano	Rural	Guiné-Bissau
15 - 34 anos	17.8%	3.6%	12.9%	8.2%	10.5%
35 anos ou mais	7.7%	1.7%	5.5%	2.6%	3.9%

Fonte: Adaptado de INE (2018)

A elevada taxa de desemprego para a faixa etária jovem em centros como SAB evidencia o risco de desencorajamento ou redirecionamento para empreendimentos informais, onde a iniciativa e criatividade são alternativas para a falta de oportunidades formais.

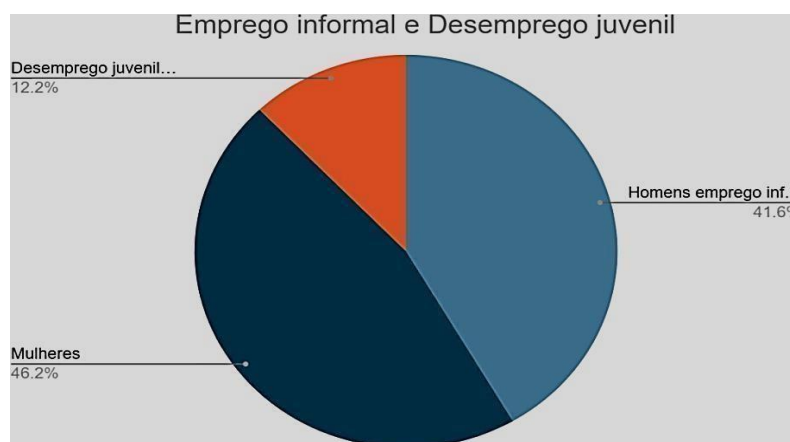
Tabela 3- Taxa de alfabetização na Guiné-Bissau (2021)

Adultos % (15+ anos)	Jovens % (15-24 anos)	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino
59,9 %	61,1 %	74,7 %

Fonte: United nations development programme. Human Development Report (2023, p. 21)

Os dados referentes à taxa de alfabetização na Guiné-Bissau em 2021 revelam uma realidade desigual entre faixas etárias e gêneros. Entre os adultos com 15 anos ou mais, apenas 59,9% são alfabetizados. A situação é ainda mais preocupante entre as mulheres jovens de 15 a 24 anos, cuja taxa de alfabetização é de 61,1%, indicando um nível educacional baixo, especialmente considerando a importância dessa faixa etária para o futuro do país. Por outro lado, os homens jovens da mesma faixa etária apresentam uma taxa significativamente mais alta, de 74,7%, o que evidencia uma disparidade de gênero importante no acesso à educação e no combate ao analfabetismo.

Gráfico 5- Emprego informal e desemprego (2018)



Fonte: INE-GB (2018)

O gráfico 5 apresenta dados sobre emprego informal e desemprego juvenil, destacando a distribuição percentual entre diferentes grupos. Observa-se que as mulheres representam 46,2% da fatia, enquanto os homens no emprego informal correspondem a 41,6%. A menor parcela do gráfico, 12,2%, refere-se ao desemprego juvenil. Esses dados evidenciam a predominância da participação feminina no trabalho informal e a disparidade de oportunidades no mercado de trabalho, além de ressaltar o impacto do desemprego entre os jovens. Essa análise contribui para compreender desafios estruturais e a necessidade de políticas voltadas à inclusão e formalização do emprego.

Após a análise das Unidades de Produção Informal, torna-se crucial observar as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) formalizadas na Guiné-Bissau, cuja relevância econômica ainda é pouco valorizada pelas políticas públicas. O relatório do PNUD (2021), com base em um inquérito realizado entre 2019 e 2020 com 401 empresas formais, oferece uma visão abrangente sobre os desafios enfrentados por essas organizações. Entre os principais obstáculos, destacam-se a instabilidade política e a má governança, apontadas por 92% dos gestores, além da influência de relações políticas (60%) e da corrupção e morosidade burocrática (50%), que dificultam a expansão e sustentabilidade dessas empresas.

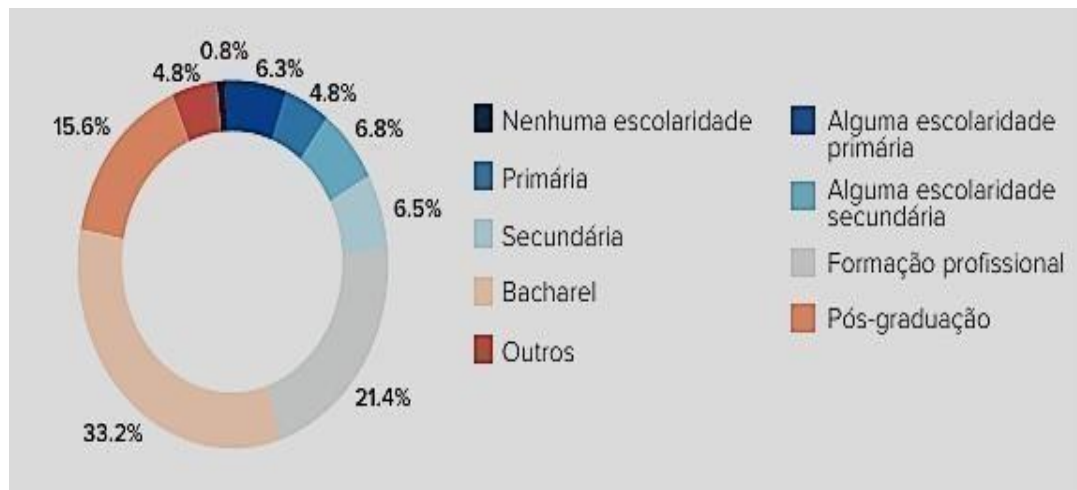
O acesso ao crédito configura-se como outro obstáculo central: apenas 6,4% das empresas obtiveram empréstimos bancários no triênio anterior à pesquisa, sendo que a maioria recorreu a recursos próprios ou a empréstimos informais junto a amigos e familiares (20,4% para cada categoria). A baixa formalização, a ausência de garantias e a fragilidade documental tornam as MPMEs pouco elegíveis ao crédito bancário. Além disso, a concorrência desleal com empresas informais impacta 94,9% dos negócios formais, que enfrentam evasão fiscal e competição desigual. Tais dados reforçam a urgência de políticas públicas que incentivem a formalização e fortaleçam o ecossistema empreendedor com medidas inclusivas e estruturais.

Durante a pandemia de COVID-19, cerca de 70,1% das empresas formais de pequeno e médio porte na Guiné-Bissau permaneceram ativas até setembro de 2020, enquanto aproximadamente 30% ficaram fechadas por tempo indeterminado, com

impacto mais severo nas microempresas (36%), seguidas das pequenas (31%), médias (22%) e grandes (19%). A média de fechamento foi de 143 dias, e 31,7% das empresas que continuaram fechadas declararam perda permanente de parte da força de trabalho, principalmente trabalhadores ocasionais. No total, 16,8% das empresas recorreram ao layoff de 11% ou mais de seus funcionários, evidenciando fragilidade estrutural, alta informalidade e dificuldades de acesso a apoio emergencial (PNUD, 2023).

As MPMEs na Guiné-Bissau demonstram baixa resiliência diante de choques externos, devido à ausência de reservas financeiras e à fraca integração com sistemas de apoio, o que as torna altamente vulneráveis em períodos de crise. Essa fragilidade estrutural evidencia a urgência de políticas públicas anticíclicas voltadas a esse segmento, como crédito emergencial, alívio fiscal e suporte técnico. Como destaca o PNUD (2021), sem mecanismos de apoio adequados, os pequenos negócios formais tornam-se os mais expostos às instabilidades econômicas e sociais.

Gráfico 6- Distribuição dos níveis mais elevados de educação completados entre os gestores entrevistados (2021)



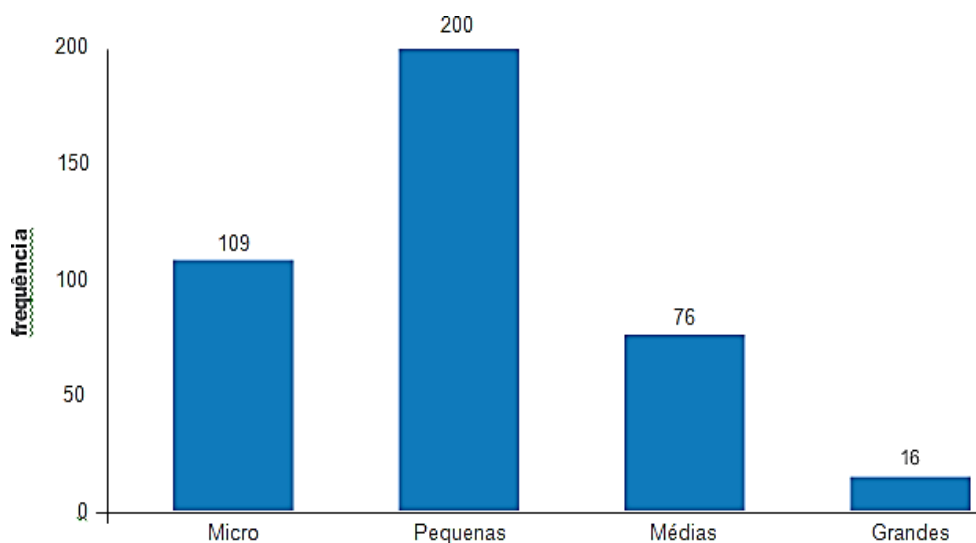
Fonte: PNUD Guiné-Bissau. *Building Forward Better* – Relatório (2021, p.25)

A análise do nível de escolaridade dos gestores de empresas entrevistado revela um perfil significativamente mais instruído em comparação com a média nacional. Conforme mostra a gráfico 6, aproximadamente um terço dos entrevistados possui grau de bacharel (33,2%), enquanto 21,4% têm formação profissional e 15,6% alcançaram o nível de pós- graduação. Em contrapartida, apenas pequenas parcelas apresentam escolaridade inferior: 6,8% com ensino secundário, 6,5% com alguma escolaridade

secundária, 6,3% com ensino primário completo, 4,8% com alguma escolaridade primária, 4,8% com nenhum nível de escolaridade, e apenas 0,8% foram classificados como outros. Esses dados indicam que, entre os gestores das empresas formalizadas, predomina um elevado nível de qualificação, superando amplamente a média nacional, que se limita a cerca de cinco anos de escolaridade completados entre jovens de 24 a 29 anos, segundo dados do HHS 2019 e do CEM 2020 (PNUD, 2021).

A maioria das empresas formais na Guiné-Bissau são pequenas (200), seguidas por microempresas (109), médias (76) e grandes (16), segundo classificação do PNUD baseada em receita mensal e número de trabalhadores (PNUD, 2023).

Gráfico 7- Classificação das empresas por tamanho (2021)



Fonte: PNUD Guiné-Bissau. *Building Forward Better* – Relatório (2021, p. 20)

A categorização segue o seguinte padrão:

- Microempresa: receita mensal até 1 milhão XOF;
- Pequena empresa: entre 1 e 10 milhões XOF;
- Média empresa: entre 10 e 100 milhões XOF;
- Grande empresa: acima de 100 milhões XOF;

A classificação também considera o número de trabalhadores. Quando esse número excede 10, 50 ou 100 empregados, o porte da empresa pode ser reclassificado para um nível acima, mesmo com receita menor, o que evita subdimensionamentos.

Em 2019, 93,8% das grandes empresas pagaram impostos na Guiné-Bissau, contra apenas 45,5% das microempresas; além disso, 31,8% das empresas formalizadas não pagaram nenhum imposto, revelando desigualdades fiscais e fragilidades na integração tributária (PNUD, 2021).

Tabela 4: A pagar e a não pagar impostos, por tamanho da empresa (2021)

Impostos pagos em 2019	Tamanho da empresa				Total
	Micro	Pequenas	Médias	Grandes	
Sim	46	130	62	15	253
Não	55	51	11	1	118
Não responde	6	19	3	0	28
Total	107	200	76	16	399
Por cento a pagar*	45,5 %	71,8 %	84,9 %	93,8 %	68,2 %

Fonte: PNUD Guiné-Bissau. *Building Forward Better* – Relatório (2021, p. 42)

No 1º trimestre de 2023, a criação de empresas na Guiné-Bissau cresceu 5,8% em relação ao trimestre anterior, com destaque para o aumento de 14,5% nas nacionais, 17,4% no gênero masculino, 9,1% no feminino e 44,4% nas sociedades anônimas; já as de gênero misto caíram 39,1%. Na variação anual, o total subiu 2,4%, com alta de 57,1% nas estrangeiras e quedas de 14,8% nas mistas e 6,6% nas nacionais (Santo Fernandes, 2023).

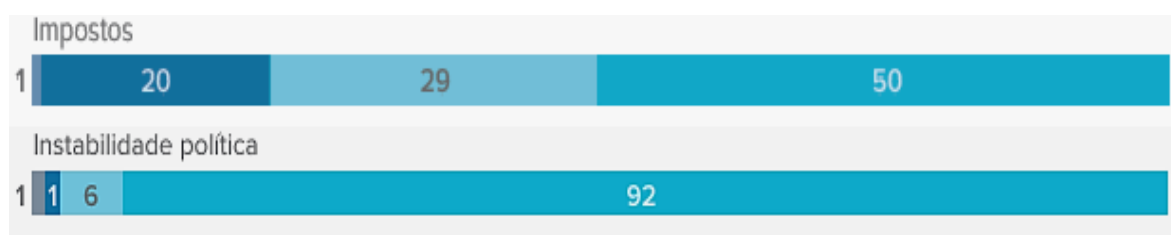
Quadro 6 - Criação de empresas (2023)

CRIAÇÃO DAS EMPRESAS							
Efetivos e classificados	1. Trim.	2. Trim.	3. Trim.	4. Trim.	1. Trim.	Variação	
	2022	2022	2022	2022	2023	Trimestral	Anual
TOTAL	124,0	169,0	117,0	120,0	127,0	5,8%	2,4%
Nacionalidade Nacional	76,0	80,0	64,0	62,0	71,0	14,5%	-6,6%
Nacionalidade Mista	27,0	40,0	28,0	28,0	23,0	-17,9%	-14,8%
Nacionalidade Estrangeiros	21,0	49,0	25,0	30,0	33,0	10,0%	57,1%
Gênero Masculino	93,0	126,0	79,0	86,0	101,0	17,4%	8,6%
Gênero Feminino	14,0	9,0	12,0	11,0	12,0	9,1%	-14,3%
Gênero Mista	17,0	34,0	26,0	23,0	14,0	-39,1%	-17,6%
S.A	7,0	16,0	13,0	9,0	13,0	44,4%	85,7%
S.A.R.L.	116,0	153,0	103,0	110,0	114,0	3,6%	-1,7%

Fonte: Nota de Conjuntura, Iº Trimestre (2023, p. 41)

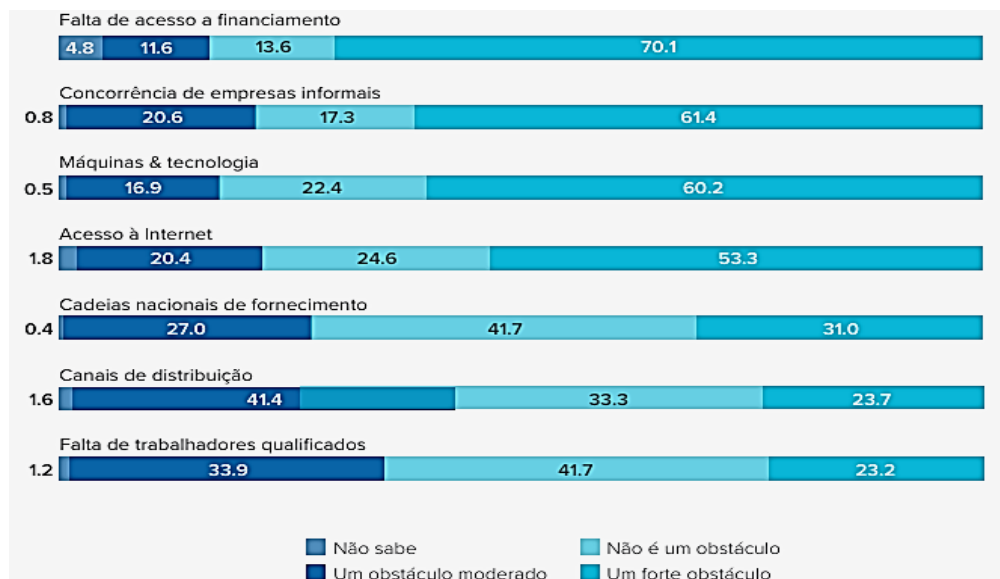
A análise dos dados apresentados na gráfico 8 evidencia que a instabilidade política é amplamente reconhecida como o principal entrave ao desenvolvimento dos negócios formais na Guiné-Bissau, sendo apontada como um forte obstáculo por 92% dos gestores entrevistados, enquanto apenas 6% a consideram um obstáculo moderado e 1% afirmam não saber. Essa percepção dominante ressalta o impacto negativo da instabilidade institucional sobre o ambiente empresarial. Em relação aos impostos, observa-se que 50% dos gestores os consideram um forte obstáculo, 29% veem-nos como um obstáculo moderado, 20% afirmam que não representam um obstáculo, e apenas 1% não souberam responder. Esses dados indicam que tanto a instabilidade política quanto a carga tributária são elementos críticos que dificultam o crescimento e a sustentabilidade das empresas no país, segundo a percepção dos próprios gestores (PNUD, 2021).

Gráfico 8- Estrangulamentos públicos ao desenvolvimento dos negócios (2021)



Fonte: PNUD Guiné-Bissau. *Building Forward Better* – Relatório (2021, p. 27)

Em seguida o gráfico 9 evidencia os principais estrangulamentos de mercado que afetam as empresas formalizadas na Guiné-Bissau. A falta de acesso a financiamento é apontada como o obstáculo mais crítico, sendo considerada um forte entrave por 70,1% dos gestores. Em seguida, destacam-se a concorrência de empresas informais (61,4%), a limitação no acesso a máquinas e tecnologia (60,2%) e o acesso à Internet (53,3%) como obstáculos significativos. Por outro lado, apenas 31% dos gestores consideram as cadeias nacionais de fornecimento um forte obstáculo, enquanto os canais de distribuição (23,7%) e a falta de trabalhadores qualificados (23,2%) são vistos como os menos problemáticos. Esses dados sugerem que os principais desafios enfrentados pelas empresas estão ligados à estrutura financeira e tecnológica do mercado, enquanto questões relacionadas à força de trabalho e logística são percebidas como secundárias.

Gráfico 9- A relevância dos estrangulamentos dependentes do mercado, segundo os gestores inquiridos (2021)

Fonte: PNUD Guiné-Bissau. *Building Forward Better* – Relatório (2021, p. 29)

Segundo o PNUD (2022), embora a Guiné-Bissau possua vastos recursos naturais com potencial para o desenvolvimento, obstáculos como infraestrutura precária, escassez de capital, baixa escolaridade e fragilidade na governança têm impedido a sua plena valorização.

Entretanto, Segundo Grin et al. (2012), as políticas voltadas aos empreendedores por oportunidade considerados de alto impacto devem ser compreendidas como políticas de empreendedorismo, enquanto aquelas destinadas aos empreendedores por necessidade devem ser tratadas como políticas de apoio às micro e pequenas empresas (Grin et al., 2012, apud Oliveira, 2021, p. 78).

4.1 ANÁLISE DO ECOSISTEMA EMPREENDEDOR NA GUINÉ-BISSAU

A Guiné-Bissau é um dos países membro da CEDEAO (comunidade econômica para desenvolvimento dos Estados da África ocidental) que nos últimos anos vem melhorando o seu desempenho no setor do empreendedorismo, contudo o ecossistema empreendedor do país reflete as complexidades e potencialidades de uma economia em desenvolvimento, marcada por forte informalidade e dinamismo comunitário.

Os dados da CEDEAO (2024) revelam um paradoxo relevante para esta pesquisa: embora a Guiné-Bissau lidere o índice de desenvolvimento empreendedor entre os países membros (0.38, superando a meta regional para 2030), esse desempenho contrasta com os desafios estruturais do país, como um enorme mercado informal onde quase dois terços da população dependem desse setor.

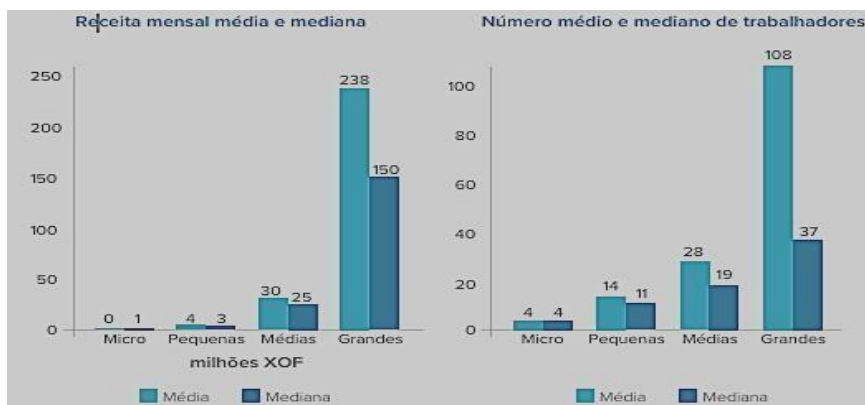
Apesar da predominância do empreendedorismo informal, o Código de Investimento da Guiné-Bissau (Art. 5.º) estabelece exigências legais para operações formais, incluindo conformidade com normas ambientais, tributárias e contábeis regionais (SYSCOA/SYSCOHADA).

De acordo com o Código de Investimento da Guiné-Bissau (2011, Art. 5.º), as operações de investimento devem respeitar a legislação nacional e os tratados internacionais em vigor, especialmente no que se refere à proteção da saúde pública, do consumidor, do meio ambiente e à adoção de uma contabilidade organizada conforme os sistemas SYSCOA ou SYSCOHADA.

O relatório da PNUD (2021) revela uma significativa disparidade na estrutura empresarial da Guiné-Bissau, onde micro e pequenas empresas (77,1% do total) predominam numericamente, mas as grandes empresas (4%) concentram 56% da receita nacional, evidenciando uma economia altamente desigual. Enquanto o setor terciário domina em faturamento (83% da receita total), os setores primário e secundário destacam-se pela maior capacidade de geração de emprego, apesar de sua menor participação no mercado (9% e 21%, respectivamente). Esses dados ilustram o paradoxo guineense: as empresas menores, embora menos produtivas, são essenciais para a absorção da mão de obra, enquanto as grandes, embora mais eficientes, contribuem pouco para a inclusão laboral.

A receita e o número de trabalhadores variam bastante entre os portes empresariais na Guiné-Bissau: microempresas não registram receita e têm 4 trabalhadores; pequenas têm receita média de 4 milhões XOF e 14 trabalhadores; médias empresas alcançam 30 milhões XOF e 28 trabalhadores; grandes empresas concentram 238 milhões XOF de receita e 108 trabalhadores, em média. Essa disparidade justifica a análise separada entre MPMEs e grandes empresas no estudo.

Gráfico 10- Receita mensal média de 2019 em milhões XOF (lado esquerdo) e número médio de trabalhadores (lado direito) por categoria de empresa classificada por tamanho



Fonte: PNUD Guiné-Bissau. *Building Forward Better* – Relatório (2021, p.21)

Em termos do sector de actividade, 70 por cento operam no sector terciário, 21 por cento no secundário e nove por cento no primário. “Em termos globais, 15 por cento desenvolvem a sua actividade principal no sector do caju.” (UNDP, 2021, p. 21).

Tabela 6- Sector de actividade (2021)

SETOR DE ATIVIDADE	NÚMERO DE EMPRESAS	PERCENTAGEM DO TOTAL DE EMPRESAS
PRIMÁRIO	36	9 por cento
SECUNDÁRIO	84	21 por cento
TERCIÁRIO	281	70 por cento
TOTAL	401	100 por cento

Fonte: PNUD Guiné-Bissau. *Building Forward Better* – Relatório (2021, p. 21)

4.2 PERFIL DOS EMPREENDEDORES GUINEENSES

O empreendedorismo na Guiné-Bissau caracteriza-se pela predominância da informalidade e tem como principal motivação a necessidade de sobrevivência. A atividade empreendedora concentra-se sobretudo em pequenos comércios, agricultura de subsistência e artesanato, geralmente exercidos com recursos limitados e sem apoio do Estado. Apesar dessas limitações, muitos empreendedores demonstram significativa resiliência e, em alguns casos, potencial inovador especialmente entre as mulheres, que enfrentam obstáculos ainda maiores no acesso a financiamento, capacitação e redes de apoio.

A juventude guineense, que constitui a maioria da população, também encontra barreiras expressivas para empreender, como a ausência de políticas públicas eficazes, escassez de oportunidades no setor formal e predominância de empregos informais e precários. Esse cenário reforça a urgência de estratégias que incentivem a formalização e promovam o empreendedorismo como ferramenta de inclusão social e desenvolvimento sustentável.

De acordo com dados oficiais sobre o mercado de trabalho:

Na Guiné-Bissau, o setor formal é essencialmente constituído pela administração pública e por empresas do setor público, sendo as atividades do setor privado formais relativamente reduzidas.

Embora mais de 90% das possibilidades de emprego sejam geradas fora do setor formal moderno, isto é, nos setores informal urbano e rural, a criação de emprego no setor formal é particularmente importante pois é este setor que oferece os empregos de maior qualidade e melhor remunerados e, raramente, os trabalhadores deste setor figuram na franja da população considerada pobre." (Guiné-Bissau, 2018, p. 45)

Estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2022) apontam que o setor informal apresenta produtividade significativamente inferior à do setor formal, contribuindo diretamente para a manutenção da pobreza. Segundo o Inquérito Harmonizado sobre Condições de Vida (2018), 52% dos trabalhadores informais vivem abaixo da linha da pobreza, em contraste com 25% no setor formal (Ngoye, 2020 apud PNUD, 2022). O Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (2017–2018) define o emprego informal como aquele que carece de proteção trabalhista e benefícios sociais, segundo os critérios da 17ª Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho (CIET, 2003).

Silva (2003, *apud* Costa, 2010, p. 181) afirma que grande parte da nova informalidade, e sobre a qual se debruça o debate contemporâneo, provém de um contingente majoritário de trabalhadores advindo de grupos sociais pauperizados, sobretudo por conta da ausência de qualificação e recursos, e que se insere em condições de trabalho das mais precárias, configurando, nas palavras desse mesmo autor, o nicho dos recursos de sobrevivência de um

exército de reserva estagnado em expansão com perspectivas cada vez mais reduzidas de reintegração econômica., (Silva, 2003, *apud* Costa, 2010, p. 170).

Por isso, a elevada informalidade compromete a arrecadação fiscal do Estado e perpetua o subemprego, principalmente entre os jovens. Diante disso, torna-se essencial a formulação de políticas públicas que promovam a formalização dos negócios, ampliem o acesso ao crédito e incentivem a capacitação empreendedora, transformando o potencial da juventude guineense em inclusão produtiva e desenvolvimento sustentável.

4.3 MODELOS DE NEGÓCIOS PRATICADOS EM GUINÉ-BISSAU

Na Guiné-Bissau, os modelos de negócios refletem uma economia marcada pela informalidade e adaptação estrutural, com destaque para três categorias principais: atividades individuais de subsistência como agricultura familiar (especialmente o cultivo de arroz), microcomércio e artesanato tradicional; iniciativas colaborativas organizadas em cooperativas e associações da Guiné-Bissau como "Na No Mon" e "Kau Criar", que promovem capacitação e acesso a mercados com apoio internacional, em parceria com as organizações internacionais como o do PNUD; e, mais recentemente, plataformas como a Nô Firmanta, que em um evento em 2024, recebeu 3.248 candidaturas, constituído por 83% do interior e 28% lideradas por mulheres, com foco na agricultura, revelando o dinamismo e o potencial de transformação econômica sustentável do empreendedorismo local quando adequadamente apoiado.

Tabela 7 - Exemplos de negócios apoiados por associações (2024)

Região	Área	Produtos/Serviços	Empregos Criados	Objetivo Principal
Gabu	Agricultura	Sabão preto com mel, papa de milho	9H – 6 M	Valorização de produtos locais
Oio	Agricultura	Sabão preto com mel, papa de milho	7H – 3 M	Segurança alimentar
Gabu	Agricultura	Hortaliças orgânicas	4H – 3 M	Agricultura sustentável
Bissau	Saúde	Produtos menstruais sustentáveis	3H – 4 M	Educação menstrual
Quinara	Climática	Acessórios de plástico reciclado	6 M	Economia circular
Bissau	Digital	App para gestão financeira de PMEs	1 H – 1 M	Inovação empresarial

Fonte: Adaptado da Na No Mon (2025)

Legenda: H=Homens, M=Mulheres

Outro exemplo relevante é o projeto de angariação de fundos da ADPP-GB, que desde 1988 atua no comércio de roupas e calçados de segunda mão. Esta iniciativa, para além do seu objetivo financeiro inicial, transformou-se num vetor de empreendedorismo inclusivo e sustentável. O projeto gera emprego direto para 37 colaboradores na triagem e vendas, e apoia uma rede de 190 microempreendedores locais que revendem os produtos, impactando positivamente a economia familiar. Do ponto de vista ambiental, a iniciativa promove a economia circular ao prolongar o ciclo de vida de vestuário, reduzindo o desperdício e contribuindo para a sustentabilidade. A operação é formalizada através de um Acordo Geral com o Governo da Guiné-Bissau, e em 2024, o projeto já havia comercializado 693 toneladas de produtos, demonstrando a sua escala e capilaridade (ADPP-GB, 2024).

Estes modelos demonstram o potencial transformador do empreendedorismo guineense quando apoiado por estruturas organizadas, combinando tradição e inovação para enfrentar desafios locais. A tabela ilustra como iniciativas associativas estão gerando impacto em diversas regiões, com ênfase na inclusão feminina e no desenvolvimento sustentável.

4.4 DISCUSSÃO SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS E INICIATIVAS PARA FOMENTAR O EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL NA GUINÉ BISSAU

Segundo (Dornelas, 2021, p. 59) o empreendedorismo se tornou um problema de políticas públicas principalmente a partir da consolidação da relação entre empreendedorismo e desenvolvimento econômico.

Na Guiné-Bissau, as políticas públicas voltadas ao empreendedorismo sustentável enfrentam sérios entraves devido à forte dependência de ajuda externa e à influência de instituições como FMI, Banco Mundial e PNUD na definição do orçamento nacional. A instabilidade política crônica e a fragilidade institucional, conforme aponta o Banco Mundial (2020), comprometem a implementação e continuidade dessas políticas, especialmente nas zonas rurais. Embora existam iniciativas pontuais apoiadas por organizações internacionais, como microcréditos e capacitações, estas são desarticuladas, urbanocêntricas e carecem de monitoramento. A

atual legislação (Lei de Investimento Privado, 2015) exclui a maioria dos microempreendedores rurais, que representam a base da economia nacional.

Complementarmente, destaca-se a iniciativa do Laboratório de Aceleração do PNUD Guiné-Bissau que, em 2021, estabeleceu uma parceria com a Rádio Jovem para lançar um concurso destinado a identificar e incubar jovens empreendedores e "quase-empreendedores" - estes definidos como indivíduos com aptidão e negócios promissores no sector informal. O concurso, com foco específico em soluções inovadoras para serviços públicos (educação, saúde, transporte, gestão de resíduos, etc.), visava preencher uma lacuna crítica no ecossistema. Com uma premiação total de 4,5 milhões de XOF (FCFA) e um programa de tutoria de três meses, a iniciativa não apenas forneceu capital semente, mas também exigiu a formalização dos negócios vencedores, atacando simultaneamente as barreiras de acesso a financiamento e a informalidade. O projeto destacou-se por seu caráter inclusivo, incentivando explicitamente candidaturas femininas e valorizando o potencial empreendedor mesmo entre aqueles ainda não formalizados (PNUD GUINÉ-BISSAU, 2021).

De acordo com o Relatório do PNUD (2021), o ambiente de negócios na Guiné-Bissau é marcado pela atuação expressiva de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), cuja presença está distribuída de forma desigual entre os três principais setores da economia. O setor de serviços (terciário) concentra cerca de 70% das empresas formalizadas, incluindo atividades como comércio atacadista e varejista, transporte, turismo, e serviços administrativos e financeiros. Essa predominância indica a importância dos serviços como sustentáculo da economia nacional, evidenciando a centralidade do mercado interno para o funcionamento do setor produtivo.

No setor industrial (secundário), aproximadamente 21% das empresas atuam em atividades de manufatura, construção civil e processamento de matérias-primas, ainda que em escala limitada. Já o setor primário abrangendo agricultura e extração representa cerca de 9% do total, com destaque para a produção agrícola e a exportação de produtos como a castanha de caju, que possui relevância estratégica para a balança comercial do país.

O relatório ainda ressalta que a maioria das empresas são de pequeno porte e desempenham papel fundamental na geração de empregos e na resiliência econômica nacional. Nesse sentido, políticas públicas de incentivo, acesso ao crédito e

infraestrutura adequada são apontadas como fatores-chave para transformar essas MPMEs em vetores do desenvolvimento socioeconômico da Guiné- Bissau.

Os dados analisados evidenciam um contraste entre o potencial transformador do empreendedorismo descrito por Schumpeter (1934) e pela visão do empreendedorismo sustentável e a realidade da Guiné-Bissau, onde predomina o setor informal. Apesar do empreendedor ser teorizado como agente de inovação e desenvolvimento equilibrado, o contexto guineense limita esse papel.

Superar esses entraves requer ação conjunta entre Estado, setor privado e sociedade civil, viabilizando uma transição da informalidade para um modelo de desenvolvimento mais sustentável e estruturado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho evidenciou que o empreendedorismo na Guiné-Bissau opera num contexto de paradoxos estruturais: enquanto demonstra notória resiliência e potencial transformador, especialmente no sector informal que absorve mais de 90% da força de trabalho, permanece refém de barreiras históricas que limitam seu pleno desenvolvimento. O estudo permitiu identificar que a economia guineense caracteriza-se por uma dualidade setorial marcante, onde o sector informal garante a sobrevivência da maioria da população, mas com baixos níveis de produtividade e acesso a direitos fundamentais, enquanto o sector formal, embora mais estruturado, enfrenta sérios obstáculos à sua expansão.

No que concerne aos mecanismos de financiamento, a análise revela um cenário em evolução, porém ainda insuficiente. Por um lado, identificam-se iniciativas concretas de crédito direcionado, como o programa "BAO Empreendedora", que oferece financiamento específico para mulheres empreendedoras com taxas de juro de 7% e montantes entre 1.000.000 e 10.000.000 FCFA. Por outro lado, programas como o "Desafio GB" (Banco Mundial) e iniciativas da União Europeia e CPLP focam-se em capital semente e capacitação para jovens, representando esforços significativos para superar a barreira do financiamento inicial, citada por 70,1% dos gestores formais.

Contudo, estes programas coexistem com o que Bary (2025) designa como "Triplo Fardo" empresarial na Guiné-Bissau. Apesar da existência destas linhas de financiamento, o acesso permanece limitado pela exigência de garantias sólidas, como avalistas com domiciliação salarial no banco, e pela complexidade processual. Esta realidade exclui a maioria dos microempreendedores e operadores informais, perpetuando o divórcio entre o sistema financeiro formal e as necessidades reais da base produtiva nacional. A consolidação de um ecossistema financeiro inclusivo, com garantias adaptadas e desburocratização, mantém-se como imperativo para catalisar o potencial empreendedor guineense. A instabilidade política crônica, a burocracia excessiva e a corrupção sistêmica criam um ambiente hostil ao investimento e à inovação, comprometendo a

eficácia das políticas públicas existentes. Esta realidade é particularmente adversa para as mulheres empreendedoras, que representam 96,4% do sector informal e enfrentam barreiras adicionais de acesso a crédito, capacitação e redes de apoio.

Contudo, o estudo também identificou potencialidades significativas no ecossistema empreendedor guineense. A cultura empreendedora feminina, o dinamismo da juventude, o avanço das plataformas digitais e as iniciativas associativas demonstram a existência de capacidades endógenas que, quando adequadamente apoiadas, podem converter-se em vetores de transformação socioeconômica.

Conclui-se, portanto, que o fortalecimento do empreendedorismo na Guiné-Bissau exige uma abordagem sistêmica e integrada, que transcenda ações pontuais e enfrente as raízes estruturais dos problemas identificados. A superação dos desafios requer: primeiro, a construção de um ambiente institucional estável e previsível; segundo, a implementação de políticas de financiamento adequadas às realidades local; terceiro, o investimento em capacitação técnica e tecnológica; e quarto, a valorização das organizações comunitárias e do empreendedorismo feminino.

O empreendedorismo na Guiné-Bissau é um potencial adormecido, mas travado por barreiras estruturais, o grande desafio é transformar o empreendedorismo de sobrevivência em um de oportunidade e transformação. Isso exige vontade política e investimento em pessoas por meio de políticas públicas integradas e efetivas. A materialização deste potencial, porém, depende da convergência de esforços entre Estado, sector privado e sociedade civil, numa agenda comum que priorize a inclusão produtiva, a inovação adaptativa e o aproveitamento sustentável dos recursos locais. O futuro do empreendedorismo na Guiné-Bissau será, em grande medida, determinado pela capacidade de transformar os atuais desafios estruturais em oportunidades de construção de uma economia mais diversificada, inclusiva e resiliente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADPP-GB. Angariação de Fundos da ADPP-GB: **Relatório de Atividades**. Bissau: ADPP- GB, 2024.

AUDRETSCH, David B. **The entrepreneurial society**. *Journal of Technology Transfer*, v. 34, n. 3, p. 245-254, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10961-008-9101-3>.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. **Empreendedorismo: conceitos e definições**. *Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia*, v. 1, n. 1, p. 25-38, 2014. ISSN 2359-3539.

BANCO AFRICANO DE DESENVOLVIMENTO – BAD. **Guiné-Bissau: perfil de país e estratégias de desenvolvimento**. Abidjan: BAD, [s.d.]. Disponível em: <https://www.afdb.org>. Acesso em: 25 abr. 2025.

BANCO DA ÁFRICA OCIDENTAL (BAO). BAO Empreendedora – Financiamento para mulheres empreendedoras. Bissau: BAO, 2025. Disponível em: <https://www.bao.gw/credito/bao-empreendedora>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre Desenvolvimento Sustentável 2022**. Washington, DC: Banco Mundial, 2022. Disponível em: <https://www.bancomundial.org>. Acesso em: 16 mar. 2025.

BOISIER, Sergio. **Desenvolvimento endógeno: uma estratégia territorial de desenvolvimento para a América Latina**. Brasília: IPEA, 2001.

BARY, Adulai. O "Triplo Fardo" de fazer negócios na Guiné-Bissau. Bissau: Innovalab, 2025. Disponível em: <https://innovalab-gw.org/o-triplo-fardo-de-fazer-negocios-na-guine-bissau/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

BORGES, Maria Lucia Alves; RAMOS, Paulo Roberto; OLIVEIRA, Deramor Gomes de. **Principais características do empreendedorismo sustentável nas feiras livres**. *Revista Sociedade Científica*, v. 7, n. 1, 2024.

CONEXÃO LUSÓFONA. Guiné-Bissau deve crescer pelo empreendedorismo. Lisboa: Conexão Lusófona, 2015. Disponível em: <https://www.conexaolusofona.org/guine-bissau-empreendedorismo/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

COHEN, Boyd; WINN, Monika I. **Market imperfections, opportunity and sustainable entrepreneurship**. *Journal of Business Venturing*, v. 22, n. 1, p. 29–49, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2004.12.001>.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum: relatório de Brundtland**. Organização das Nações Unidas, 1987.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira**. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan./Abr. 2010.

DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

FUNDAÇÃO TONY ELUMELU. **Programa de Empreendedorismo TEF: impacto e casos de sucesso**. 5 out. 2018. Disponível em: <https://www.tonyelumelufoundation.org>. Acesso em: 1 jun. 2025.

GEM – GLOBAL ENTREPRENEURSHIP MONITOR. **Global Entrepreneurship Monitor 2024/2025 Global Report: entrepreneurship reality check**. London: GEM, 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p. ISBN 978-85-224-5142-5.

GOLLO, Silvana Saionara et al. **Empreendedorismo sustentável: mapeando proposições para modelos de negócios mais sustentáveis**, 2024.

GUINÉ-BISSAU. Assembleia Nacional Popular. **Código do Investimento: Lei n.º 13/2011**, de 6 de julho. Bissau: ANP, 2011. Disponível em: embassygbissau-banjul.com. Acesso em: 25 abr. 2025.

GUINÉ-BISSAU. Instituto Nacional de Estatística – INE. **Inquérito Regional Integrado sobre Emprego e Setor Informal (ERI-ESI) 2017/2018: relatório síntese**.

Bissau: INE, jul. 2019. Disponível em: <https://www.stat-guineebissau.com>. Acesso em: 25 abr. 2025.

GUINÉ-BISSAU. Ministério das Finanças. **Nota do Enquadramento Macroeconómico e Orçamental**. Bissau: Direção Geral da Previsão e Estudos Económicos, set. 2022. Disponível em: <[inserir link válido]>. Acesso em: 25 abr. 2025.

HART, Stuart L. **Capitalism at the crossroads: the unlimited business opportunities in solving the world's most difficult problems**. Upper Saddle River, NJ: Wharton School Publishing, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS 5, ODS 8 e ODS 12**. 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/>. Acesso em: 7 maio 2025.

LIMA, Kathellen Ferreira; SOUZA, Caroline Miranda Alves de; HASENCLEVER, Lia. **Agricultura familiar e desenvolvimento econômico: um estudo de caso sobre a pecuária de Muriaé/MG**. Campo-Território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 18, n. 50, p. 282–305, ago. 2023. DOI: <https://doi.org/10.14393/RCT185069800>.

MARCHEZAN, Ana Cristina Braga. Weber e Schumpeter: **a ação econômica do empreendedor**. Revista de Economia Política, v. 30, n. 2 (118), p. 254-270, abr.-jun. 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

NASCIMENTO, Anna Luiza Motta; PINTO, Pablo Aurélio Lacerda de Almeida. **Princípios de inovação social, empreendedorismo social e economia circular na atuação dos bancos comunitários de desenvolvimento: uma análise através da percepção de seus gestores**. Revista Gestão & Sustentabilidade, v. 21, n. 48, p. 11-31, 2024. ISSN 2596-142X. DOI: [10.36661/2596-142X.2024v6n1.14470](https://doi.org/10.36661/2596-142X.2024v6n1.14470)

NORTH, Douglass C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

OLIVEIRA, Yago de Sant,,Anna Barrêto de. **O empreendedorismo na agenda de desenvolvimento do Banco Mundial**. 2021. 155 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2021

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando nosso mundo: **a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 16 mar. 2025.

PARANHOS, R. et al. **Uma introdução aos métodos mistos**. *Sociologias*, v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/15174522-018004221>.

SANTOS, K. S. et al. **O uso de triangulação múltipla como estratégia de validação em um estudo qualitativo**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 2, p. 655-664, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020252.12302018>.

SCHUMPETER, Joseph A. **The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest, and the business cycle**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1934.

SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **IBTs devem estar atentas ao ODS 8 que propõe trabalho decente a todos**. 2020. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/ibts-devem-estar-atentas-ao-ods-8-que-propoe-trabalho-decente-a>. Acesso em: 7 maio 2025.

SILVA, Carla Patricia de Sousa; PEREIRA, Etnny Coelho de Sá; GUIMARÃES, Jairo de Carvalho. **Revisão sistemática da literatura sobre empreendedorismo social (2000 a 2020)**. *Extensio: Revista Eletrônica de Extensão*, Florianópolis, v. 21, n. 48, p. 11-31, 2024. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-0221.2024.e90774>.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. Relatório global da corrupção 2021. **Berlim: Transparência Internacional**, 2021. Disponível em: <https://www.transparency.org>. Acesso em: 16 mar. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Building forward better for businesses in Guinea-Bissau**. Bissau: UNDP Guinea-Bissau, 2021. Disponível em: <https://www.undp.org>. Acesso em: 25 abr. 2025.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME – UNDP. **Country Programme Document for Guinea-Bissau 2022–2026**. Bissau: UNDP, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/guinea-bissau>. Acesso em: 25 abr. 2025.

PNUD GUINÉ-BISSAU. Edital do Concurso de Empreendedorismo em Serviços Públicos. Bissau: Laboratório de Aceleração do PNUD, 2021

VERHAGEN, Willem et al. **Guinea-Bissau: exploring alternative futures of development: Report 1 – Economic and human development trends to 2040**. Bissau: UNDP Guinea- Bissau; Frederick S. Pardee Center for International Futures, 2022. Disponível em: <https://www.undp.org>. Acesso em: 25 abr. 2025.

YAMAGUCHI, Cristina Keiko et al. **Young people’s perceptions about the difficulties of entrepreneurship and developing rural properties in family agriculture**, 2020.